

O POLÍTICO E O JURÍDICO NA GESTÃO PÚBLICA: OS PROCESSOS DECISÓRIOS

THE POLITICS AND THE LAW IN PUBLIC MANAGEMENT: THE DECISION-MAKING PROCESS

Angela Cassia Costaldello

Resumo

As decisões administrativas, provindas dos processos que tramitam na Administração Pública, são elementares para a concretização das finalidades do Estado e cuja formação contém aspectos tanto políticos quanto jurídicos. Não raro se confundem com o próprio processo administrativo decisório que as conforma. O contexto formativo das decisões administrativas, usualmente precedido de atos de governo, é regido pelo princípio da juridicidade que, ao elastecer a legalidade então vigente sob a concepção estrita, permite que o gestor público decida e execute decisões num amplo espectro de possibilidades para atender as exigências da sociedade e adote medidas para uma gestão eficiente. De outra parte, o exercício da faculdade discricionária, balizada pelo princípio da juridicidade, outorga-lhe o poder de empreender as ações e a adoção das políticas públicas que se desvelem prementes. Tais decisões, por sua vez, devem seguir uma racionalidade específica, voltada à concretização do interesse público, dos direitos fundamentais e da boa administração.

Palavras-chave: Administração Pública. Gestão pública. Processo administrativo. Decisão administrativa. Atos administrativo. Atos de governo.

Summary

The administrative decisions, outcome of procedure proceed through the Public Administration, are fundamental to the concretion of state purposes and contains political and legal aspects. Often get confused with the actual decision-making administrative process that conforms. The formative context of administrative decisions, commonly preceded of government acts, is oriented by the principle of legality with diferents characteristics the then strict design, allowed the public manager to decide and execute decisions in a wide range of possibilities to meet the demands of society and adopt measures for efficient management. On the other hand, the exercise of discretionary power the, buoyed by the principle of legality, granting him the power to take any action and the adoption of public policies that may be unveiled pressing. These decisions, in turn, must meet a specific rationality, focused on the implementation of the public interest, fundamental rights and proper administration.

Keywords: Public Administration. Public management. Decision-making process. Administrative acts. Government acts.

